



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
BARÃO - RS**

Projeto de Resolução Nº 35 de 18 de junho de 2019

Cria a Ouvidoria Parlamentar Municipal  
na Câmara Municipal de Barão.

Art. 1º. Fica criada a Ouvidoria Parlamentar Municipal na estrutura administrativa da Câmara Municipal de Barão.

Parágrafo único. A Ouvidoria Parlamentar Municipal é um órgão de interlocução entre a Câmara Municipal e a sociedade, constituindo-se em um canal aberto para o recebimento de solicitações, pedidos de informação, reclamações, sugestões, elogios e quaisquer outros encaminhamentos da sociedade, desde que relacionados à Câmara Municipal.

Art. 2º. Compete à Ouvidoria Parlamentar Municipal:

I – receber, analisar e encaminhar aos órgãos competentes, as manifestações da sociedade que lhe forem dirigidas, em especial aquelas sobre:

- a) violação ou qualquer forma de discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;
- b) ilegalidades, atos de improbidade administrativa e abuso de poder;
- c) mal funcionamento dos serviços legislativos e administrativos da Câmara Municipal;

II – dar prosseguimento às manifestações recebidas;

III – informar o cidadão ou entidade qual o órgão a que deverá dirigir-se, quando manifestações não forem de competência da Ouvidoria Parlamentar Municipal;

IV – organizar os mecanismos e canais de acesso dos interessados à Ouvidoria Parlamentar Municipal;

V – facilitar o amplo acesso do usuário aos serviços da Ouvidoria, simplificando seus procedimentos e orientando os cidadãos sobre os meios de formalização das mensagens a serem encaminhadas à Ouvidoria Parlamentar Municipal

VI – auxiliar a Mesa Diretora na tomada de medidas para sanar as violações, as ilegalidades e os abusos constatados;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
BARÃO - RS**

VII – auxiliar a Mesa Diretora na tomada de medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e administrativos;

VIII – acompanhar as manifestações encaminhadas pela sociedade civil à Câmara Municipal;

IX – conhecer as opiniões e necessidades da sociedade para sugerir à Câmara Municipal as mudanças por ela almejadas;

X – auxiliar na divulgação dos trabalhos da Câmara Municipal, dando conhecimento aos cidadãos dos canais de comunicação e dos mecanismos de participação disponíveis;

§ 1º. A Ouvidoria Parlamentar Municipal responderá em até 15 (quinze) dias, a contar do seu recebimento, as mensagens que lhe forem enviadas, sendo que esse prazo será de 30 (trinta) dias, quando a demanda necessitar de encaminhamentos ou respostas de outros órgãos.

§ 2º Admitir-se-á prorrogação desse prazo, por igual período, quando a complexidade do caso assim o exigir e não houver recebido as respostas solicitadas a outros órgãos da administração pública.

Art. 3º A matéria pertinente a ouvidoria será protocolada no protocolo geral da Câmara Municipal e após encaminhadas a Ouvidoria.

Parágrafo único: A matéria protocolada junto ao protocolo geral de competência da Ouvidoria será encaminhada a mesa diretora para os devidos encaminhamentos.

Art. 4º O Serviço de Ouvidoria não receberá ou registrará denúncias anônimas.

Art. 5º A Mesa Diretora garantirá o acesso do cidadão à Ouvidoria da Câmara Municipal, pelos meios legais existentes.

Art. 6º A Mesa Diretora Municipal de Barão regulamentará no que couber, a presente Resolução.

Art. 7º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**  
**BARÃO - RS**

Barão, 18 de junho de 2019.

*Ademar Gauger*

ADEMAR GAUGER  
Vereador do PP

*Bernardino Scottá*

BERNARDINO SCOTTÁ  
Vereador do PDT

*Luiz Felipe Werner*

LUIZ FELIPPE WERNER  
Vereador Do PDT



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**  
**BARÃO - RS**

Justificativa

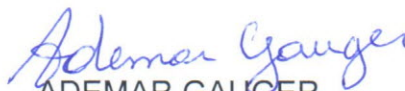
O presente projeto de Resolução para criar a ouvidoria da Câmara Municipal de Barão, faz necessária para atender ao disposto na lei 13.460 de 26 de junho de 2017 que dispôs sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos da administração pública.

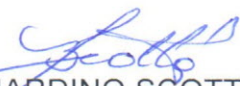
O artigo 25 III da Lei 13.460/2017 dispõem que os municípios com menos de cem mil habitantes tenham setecentos e vinte dias, da publicação da lei para implantar as ouvidorias.


Assim, está Câmara Municipal possui até junho de 2019 para instituir a Ouvidoria e implantá-la.

Desta forma, encaminha-se para análise e aprovação do presente projeto de Resolução tendo em vista a necessidade de se adequar a legislação federal em vigor.

Barão, 18 de junho de 2019

  
ADEMAR GAUGER  
Vereador do PP

  
BERNARDINO SCOTTÁ  
Vereador do PDT

  
LUIZ FELIPPE WERNER  
Vereador Do PDT